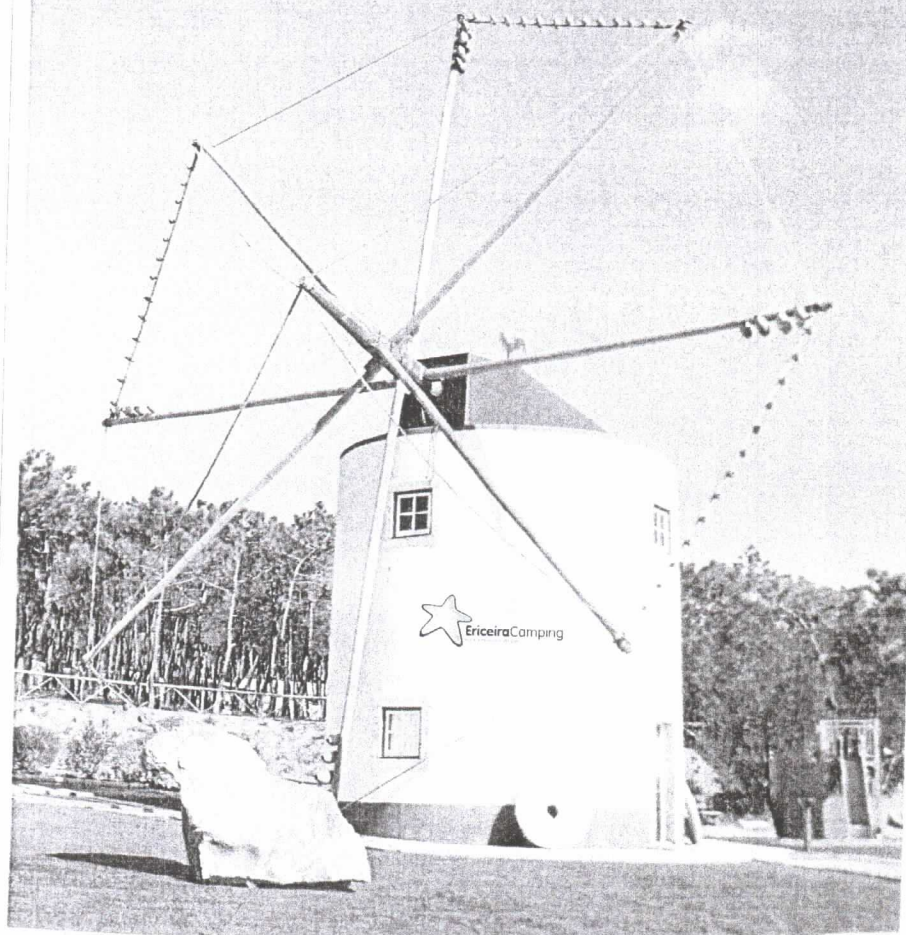


RELATÓRIO E CONTAS 2012



**GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS E.M. S.A.**

NEM - Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 MAFRA

Capital Social 900.000,00 euros
Matricula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – Dr. Luís Manuel Realista dos Santos
SECRETARIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

PRESIDENTE – Eng. José Maria Ministro dos Santos
VOGAL – Gil Ricardo Sardinha Rodrigues
VOGAL – Dr. José António Petulante Parente

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dra. Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

I N D I C E

- 1. Relatório de Gestão**
- 2. Balanço**
- 3. Demonstração dos Resultados**
- 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- 5. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados**
- 6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio**
- 7. Certificação Legal das Contas**
- 8. Relatório e Parecer do Fiscal Único**

1-Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Senhores Accionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., relativas ao exercício de 2012.

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL, E.M.-S.A.** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.



- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e respectivas infraestruturas, no Município de Mafra.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

O capital social da empresa passou para € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra .

2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Actividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo constitui uma área de aposta do Município para um desenvolvimento sustentado, constituindo o EriceiraCamping um dos motores desse desenvolvimento, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para o concelho.

O modelo de exploração do EriceiraCamping, visa:

- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação às actuais exigências legais e do mercado desta infraestrutura, tendo para isso realizado um vasto conjunto de investimentos, sem os quais o seu funcionamento poderia ser posto em causa e fortemente condicionado.



- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua actividade e assegurando que esta beneficie das sinergias decorrentes da fusão.
- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos no comércio e indústria de serviços local.

Com estes objectivos e com vista a afirmar a dimensão da procura, a GIATUL oferece um serviço diferenciado e necessário, pelo facto de dispor de um conjunto de infra-estruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 utentes.
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer um produto diferenciado.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação directa entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais valia para os potenciais utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a actividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, da totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, o que representa cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6.33 m2, apresentando o EriceiraCamping uma área de 10,55 m2, facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível em momento de lotação máxima de 5,82 m2, por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades (N) , utentes (P) e noites (N), foi a seguinte:

NACIONALIDADE	2012		2011		%	
	Totais		Totais		Totais	
	P	N	P	N	P	N
PORTUGUESA	19250	51920	19207	43962	0%	18%
ALEMÃ	1108	3326	880	2451	26%	36%
AMERICANA	27	52	63	121	-57%	-57%
AUSTRALIANA	140	339	131	293	7%	16%
AUSTRIACA	145	505	128	374	13%	35%
BELGA	187	575	201	476	-7%	21%
BRASILEIRA	100	429	85	205	18%	109%
ESPAÑHOLA	1016	2640	756	1879	34%	41%
FRANCESA	2208	5097	2034	4892	9%	4%
INGLESA	346	908	174	437	99%	108%
HOLANDESA	467	1297	377	1045	24%	24%
ITALIANA	236	596	273	718	-14%	-17%
OUTRAS	788	1913	909	1824	-13%	5%
POLACA	191	478	131	319	46%	50%
SUECA	20	54	44	88	-55%	-39%
SUIÇA	160	403	156	162	3%	149%
TOTAIS	26989	70532	23575	57157	14%	23%

Em termos de repartição por mercados, assistiu-se uma vez mais a um forte equilíbrio entre o mercado interno e o mercado externo, representando o primeiro, cerca de 60% da actividade da empresa. Entendemos que este equilíbrio é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma o utente estrangeiro é mais selectivo e exigente.

A utilização do Parque de Campismo por valências, foi no exercício de 2012 a seguinte:

Utentes	2012	2011	%
Campismo Eventual	26,989	25,549	6%
Acordos Comerciais	10,495	10,392	1%
Bungalows	5,827	7,828	-26%
Teepees	2,205	2,571	-14%
	45,516	46,340	-2%

Em termos comparativos, verifica-se que em 2012 o nº de utentes decresceu 2% comparativamente com 2011.

Eventos

No capítulo das actividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas que potenciaram uma maior procura do nosso parque e da própria Vila da Ericeira.

Destacamos:

- **Mostra Gastronómica “Os Sabores da Tapada”** em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra;
- **Divulgação do EriceiraCamping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, na Bolsa de Turismo de Lisboa.

- **O IV SUMMOL SUMMER FEST**, que consistiu num festival de música e que foi o 1º festival de verão.

Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e uma assistência a rondar as 30.000 pessoas.

De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o nosso parque para estadia durante o decorrer do evento.

De salientar que o mesmo se tornou num sucesso total, quer nos aspectos organizativos que se poderão considerar de excelência, quer no comportamento do público participante.

- **II Festival do Pão**, que decorreu no Jardim do Cerco e foi uma organização em parceria com os serviços da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de divulgar o Pão de Mafra.

- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no “jogo da bola” e na foz do Lizandro;

Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de animar as noites de verão da Vila.

- Apoio logístico e financeiro à prova de surf “**King of the Groms**”.
- Apoio à promoção da candidatura **7 Maravilhas – Ribeira d’Ilhas**
- Apoio logístico e financeiro a diversas **provas de surf**, nomeadamente, Liga **Meo Pró Surf** e provas organizadas pelo Ericeira Surf Club

2.2 Actividade de Execução de Infraestruturas e Rodovias

No desenvolvimento desta actividade, a GIATUL EM SA, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização colectiva.

Estas obras foram executadas para o Município de Mafra e para terceiros.

A Giatul procedeu ainda à venda de massas asfálticas e à recepção de materiais asfálticos para reciclagem.

O Plano de Actividades para este exercício foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS - 2012	Euros
Conservação de Diversas Estradas e Caminhos das Freguesias	1.400.000,00
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho.	30.000,00
Estradas e Caminhos.	85.000,00
Sinalização e Trânsito	20.000,00
Iluminação em Diversas Localidades	25.000,00
Gestão de Concessão da I.P. do Concelho	0,00
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	360.000,00
Diversos Estudos e Projectos	15.000,00
Equipamentos - Construções Diversas	0,00
Arruamentos em diversas povoações	720.000,00
Espaços Verdes Jardins	580.000,00
Infraestruturas Diversas	400.000,00
Trabalhos por conta de Particulares ou Sociedades	280.000,00
	3.915.000,00
Venda de Massas Asfálticas	165.000,00
Recepção e Venda de Reciclados	0,00
	165.000,00

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2012		%
Diversas Estradas e Caminhos - Conservação Corrente por contrato	1.801.010,74	43,94%
Saneamento em diversas freguesias do Concelho		0,00%
Estradas e Caminhos		0,00%
Sinalização de Tránsito		0,00%
Iluminação em Diversas Localidades		0,00%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	100.603,06	2,45%
Diversos Estudos e Projectos		0,00%
Equipamentos - Construções diversas		0,00%
Arruamentos em diversas povoações	1.059.530,73	25,85%
Espaços verdes jardins	226.616,65	5,53%
Infraestruturas diversas	172.786,39	4,22%
Trabalhos para Terceiros	738.448,71	18,02%
	4.098.996,28	100,00%

Venda de Massas Asfálticas	212.519,65
Recepção e Venda de Reciclados	27.917,36
	240.437,01

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

INDICADORES	Rácio	2012	2011
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	92,70%	102,47%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L prazo / Imobilizad	90,31%	100,26%
Solvabilidade	Activo Líquido / Passivo	159,19%	108,03%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Líquido Total	37,18%	743,37%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	11,98%	13,90%

Volume de Negócios	5.466.594,77	1.190.933,47
Resultado Líquido	90.795,93	82.088,38
CashFlow	778.968,00	594.802,76

Não são comparáveis os indicadores apresentados, dado que o ano de 2011 refere-se à actividade da Giatul antes da fusão.

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2012, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções	77.997,12	
Equipamento Básico	6.180,00	
Equipamento Transporte	8.536,59	108.369,74
Ferramentas e Utensílios	1.426,00	
Equipamento Administrativo		
Outras Imobilizações Corpóreas	4.885,20	
	99.024,91	108.369,74
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Mafreduca SA	0,00	
	0,00	0,00
	99.024,91	108.369,74

5. RENDIMENTOS E GASTOS

Não sendo possível a comparação com o exercício anterior, devido à fusão, apresentam-se os Gastos e os Rendimentos, com a percentagem que cada um representa em relação ao total dos Gastos e Proveitos Operacionais.

Rubricas	Valor	Varição %
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	847.873,63	16,30%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.265.691,79	43,56%
Custos com o Pessoal	1.068.653,37	20,55%
Outros Gastos e Perdas	64.706,13	1,24%
Imparidade de Dívidas a Receber	265.866,05	5,11%
Depreciações e Amortizações	688.172,07	13,23%
Total dos Gastos Operacionais	5.200.963,04	100,00%
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	277.625,71	4,78%
Prestação de Serviços	5.188.969,06	89,28%
Outros Rendimentos e Ganhos	345.477,30	5,94%
Total dos Rendimentos	5.812.072,07	100,00%

6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

- a) Encontra-se em curso um procedimento para a adequação dos estatutos da Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E. M. S.A. nos termos das disposições conjugadas do nº 1, do artigo 70º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.
- b) Conforme descrito na nota 3.1.6. do Anexo às Demonstrações Financeiras, foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca SA, de acordo com a deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo de alienação já se encontra em curso.

7. PERSPECTIVAS FUTURAS

A economia portuguesa, segundo projecções do Banco de Portugal, aponta para uma contracção da actividade económica de 2,3 por cento em 2013.

Esta contracção tem subjacente uma forte queda da procura interna, num contexto de redução das perspectivas de rendimento permanente.

As exportações deverão registar um abrandamento em 2013, se bem que mantendo um crescimento positivo.

O ano será marcado por pressões inflacionistas muito reduzidas, quer internas, quer externas, o que se traduzirá num crescimento dos preços no consumidor ligeiramente inferior a 1 por cento.

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correcção de desequilíbrios macroeconómicos, o qual implica um impacto recessivo com consequências negativas no mercado de trabalho.

No sector público, a correcção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental.

No sector privado, a actual projecção é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do sector bancário.

Projecta-se que o consumo privado diminua 3,8 por cento em 2013 e cerca de 0,4 por cento em 2014.

O consumo de bens duradouros deverá continuar a diminuir em 2013 embora menos acentuada que no ano anterior.

A evolução no ano corrente decorre da deterioração das perspectivas de rendimento permanente, num quadro de elevada incerteza e deterioração acentuada das condições no mercado de trabalho, a qual deverá implicar igualmente uma redução do consumo de bens não duradouros e serviços. A materialização da actual projecção implicaria que o consumo privado total se situasse em 2014, em níveis próximos dos observados em 2000.

O desemprego deverá sofrer uma redução de 3,3 por cento em 2013 e uma relativa estabilidade em 2014.

A contracção do emprego em 2013 é extensiva aos sectores privados e público, em linha com a evolução esperada para a actividade económica e as hipóteses relativas às variáveis de finanças públicas.

Em 2014 antecipa-se uma recuperação gradual do emprego no sector privado e assume-se uma queda menos expressiva no sector público.

O quadro de recessão económica em que Portugal se encontra agravou-se no final de 2012. As actuais projecções do Banco de Portugal sugerem que este quadro recessivo só gradualmente se irá atenuando ao longo de 2013, num quadro de excedentes significativos da balança corrente e de capital. Neste contexto, é crucial conjugar uma trajectória de consolidação orçamental de médio prazo com incentivos a um crescimento económico sustentável, o qual passa pela reafecção de recursos para o sector de bens e serviços transaccionáveis.

A redução do desemprego estrutural exige esforços coerentes que promovam uma maior eficiência no funcionamento dos mercados de trabalho e do produto, contribuindo para uma afectação de recursos que estimule o aumento do produto potencial e do rendimento permanente.

O aumento da qualidade do investimento empresarial é fundamental para a incorporação do progresso técnico, que promova um aumento sustentado da produtividade total dos factores e da competitividade das empresas e por conseguinte uma correcção bem sucedida dos desequilíbrios da economia portuguesa.

Relativamente à actividade do Parque de Campismo, as previsões das vendas para o ano de 2013 foram estimadas com um decréscimo de 3%, face ao ano de 2012. Uma estimativa que se considera prudente, uma vez que a situação económica e financeira descrita anteriormente. Contudo, a administração da empresa tudo fará para contrariar, pela positiva, esta estimativa de vendas de cerca de 1.067 milhares de euros.

Em termos gerais, pretende-se manter esta actividade com um nível superior de qualidade, sempre na procura da satisfação dos nossos clientes.

Em 2014, prevê-se um crescimento das Vendas desta actividade, em cerca de 2%.

Com o fim de dinamizar o turismo no Concelho, prevê-se ainda a realização dos eventos já tradicionais, como seja, o Sumol Summer Fest, a mostra Gastronómica "Os Sabores da Tapada", o Festival do Pão, Animação de Verão na Ericeira, Provas de Surf, etc., para os quais se conta com o patrocínios e subsídio do Fundo de Turismo.

Relativamente à actividade de execução de obras, a nossa perspectiva para 2013, é uma diminuição do Volume de negócios para 3,600 milhares de euros, nos quais estão incluídas as vendas de Massas asfálticas 300 mil euros e cerca de 700 mil euros de obras para Particulares.

No conjunto das duas actividades, o Volume de negócio de 2013 da Giatul, deverá atingir os 4,667 milhares de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 11% em relação ao ano anterior.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado Líquido do exercício foi positivo em 90.795,93 euros;

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do Capital.

Como o valor existente ultrapassa esta taxa, não se propõe o seu reforço.

Assim, propomos que o resultado líquido do exercício, seja transferido para Resultados Transitados.



9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o seu agradecimento a todos os que ao longo deste exercício contribuíram para a consolidação da actividade da empresa, nomeadamente:

- Aos Accionistas, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 7 de Março de 2013

O Presidente do Conselho de Administração

José Maria Ministro dos Santos (Engº)



Vogal do Conselho de Administração



Gil Ricardo Sardinha Rodrigues

Vogal do Conselho de Administração



José António Petulante Parente (Dr.)

2- Balanço

GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM SA
Balanço em 31 de Dezembro de 2012

euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	18	3 217 231,09	2 840 590,53
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	19	9 212 307,71	3 499 999,92
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos	21	0,00	13 938,84
		12 429 538,80	6 154 529,29
Activo Corrente			
Inventários	24	55 028,25	0,00
Activos biológicos			
Clientes	25	137 629,95	10 764,49
Adiantamentos a fornecedores	35	1 000 000,00	22 980,54
Estados e outros entes públicos	26	117 109,13	81 404,10
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	23	398 184,00	134 434,47
Diferimentos	22	43 178,00	46 612,59
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda	20	283 070,31	
Caixa e depósitos bancários	27	569 277,50	373 662,48
		2 803 477,14	669 876,67
Total do activo		15 033 015,94	6 824 407,96
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	28	900 000,00	500 000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	29	356 800,25	2 100,00
Outras reservas	30	425 027,06	16 862,03
Resultados transitados	32	3 681 627,57	-237 945,00
Ajustamentos em activos financeiros	31	-6 925,00	0,00
Excedentes de reavaliação			
Outras variações no capital próprio		142 170,44	142 170,44
		5 496 700,32	425 217,47
Resultado líquido do período		90 795,93	82 068,38
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		5 589 496,25	507 305,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	36	5 635 128,45	5 627 802,14
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	21	0,00	35 542,61
Outras contas a pagar			
		5 635 128,45	5 663 344,75
Passivo corrente			
Fornecedores	35	1 527 798,67	57 880,24
Adiantamentos de clientes		97 454,97	
Estado e outros entes públicos	33	26 190,14	5 655,42
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	36	1 299 153,68	536 531,78
Outras contas a pagar	34	183 981,76	41 680,92
Diferimentos	26	673 812,00	12 000,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		3 806 391,24	653 757,36
Total do passivo		9 443 519,69	6 317 102,11
Total do capital próprio e do passivo		15 033 015,94	6 824 407,96

Mafra, 7 de Março de 2013

O Técnico de Contas

A Administração

3-Demonstração de Resultados

GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM SA
Demonstração dos Resultados por Naturezas
 Em 31 de Dezembro de 2012

euros

RENDIMENTOS E GASTOS		DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
Vendas e serviços prestados	6	5.466.594,77	1.190.933,47
Subsídios à exploração	13	103.706,00	195.202,44
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	1.461,14	0,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	847.873,63	6.341,50
Fornecimentos e serviços externos	9	2.265.691,79	595.454,18
Gastos com o pessoal	10	1.068.653,37	170.242,19
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	11	265.866,05	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12	241.771,30	212.994,11
Outros gastos e perdas	14	63.244,99	42.579,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		1.299.281,10	784.512,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	15	688.172,07	512.714,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		611.109,03	271.798,12
Juros e rendimentos similares obtidos	16	26.442,21	8.815,74
Juros e gastos similares suportados	17	501.446,16	164.367,98
Resultado antes de impostos		136.105,08	116.245,88
Imposto sobre o rendimento do período		45.309,15	34.157,50
Resultado líquido do período		90.795,93	82.088,38
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

Mafra, 7 de Março de 2013

O Técnico de Contas

A Administração

4- Demonstração dos Fluxos de Caixa

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2012

RUBRICAS	Notas	euros	
		Exercícios	
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		6.640.793,87	1.316.249,63
Pagamentos a fornecedores		-3.174.457,93	-506.929,97
Pagamentos ao pessoal		-648.256,24	-204.700,64
Caixa gerada pelas operações		2.818.079,70	604.619,02
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-7.793,40	30.748,56
Outros recebimentos/pagamentos		-121.639,53	100.773,16
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2.688.646,77	736.140,74
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-6.914,01	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		-1.001.629,75	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		12.731,85	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		14.804,92	
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-981.006,99	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3.120.000,13	8.815,74
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-4.112.541,01	-410.390,19
Juros e gastos similares		-519.503,88	-164.367,98
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.512.044,76	-565.942,43
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		195.595,02	170.198,31
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período		373.682,48	203.484,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		569.277,50	373.682,48

Maíra, 7 de Março de 2013

O Técnico de Contas

A Administração

5-Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **GIATUL, E.M.-S.A.** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda, mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;

- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e respectivas infraestruturas, no Município de Mafra.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

O capital social da empresa passou para € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra.

O sector de turismo constitui uma área de aposta do Município para um desenvolvimento sustentado, constituindo o EriceiraCamping um dos motores desse desenvolvimento, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para o concelho.

O modelo de exploração do EriceiraCamping, visa:

- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação às actuais exigências legais e do mercado desta infra-estrutura, tendo para isso realizado um vasto conjunto de investimentos, sem os quais o seu funcionamento poderia ser posto em causa e fortemente condicionado.
- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua actividade e assegurando que esta beneficie das sinergias decorrentes da fusão.
- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos no comércio e indústria de serviços local.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras não é comparável com o do ano anterior, uma vez que a 10 de Abril de 2012, como já referido anteriormente, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas

provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Como já referido anteriormente, o conteúdo das demonstrações financeiras não é comparável com o do ano anterior, uma vez que a 10 de Abril de 2012, como já referido anteriormente, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2011, consiste, apenas e só, na informação da sociedade "GIATUL EM SA". A fusão, anteriormente mencionada, teve lugar já no decorrer do ano de 2012, pelo que as Demonstrações Financeiras da "GIATUL EM SA" referentes a 31/12/2011 não sofreram qualquer impacto na fusão, que haveria de ocorrer posteriormente.

Refere-se ainda que foram objecto de reclassificação os imóveis oriundos da "Pavimafra EM SA", pela fusão, quer sobre os quais existe um direito de superfície (que totalizam aproximadamente 5,9 milhões de euros), quer sobre o qual existe direito de propriedade plena (que representa aproximadamente 420 mil euros). Na "Pavimafra EM SA" estes imóveis encontravam-se reconhecidos na rubrica de Propriedades de Investimento, mas considerou-se mais apropriado que os imóveis sobre os quais existe um direito de superfície fossem reconhecidos na rubrica de Activos Intangíveis e que o imóvel sobre o qual existe o direito de propriedade plena fosse reconhecido na rubrica de Activos Fixos Tangíveis. Ainda referente a este assunto, foram anulados Passivos por impostos diferidos, no valor aproximado de 850 mil euros e Excedentes de Revalorização, no valor aproximado de 2.300 mil euros, ambos por contrapartida de Resultados Transitados, no seguimento do disposto no artº 64º do Código do IRC.

Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2011
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	-3.165.516,56

As Contas de 2012 ainda não foram disponibilizadas na presente data.

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo de alienação já se encontra em curso.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2011 apresentava Capitais Próprios negativos em 8.147.455,81 €.

As associadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e as quantias escrituradas são ajustadas de acordo com as alterações de resultados e outras variações dos capitais próprios das investidas, após a data de aquisição.

As partes da Sociedade nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados do exercício. As distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos.

As alterações nos interesses proporcionais da GIATUL nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas directamente no capital próprio.

Quando a parte do Grupo nas perdas acumuladas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse na investida, o investimento é escriturado por um valor nulo. Depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo reconhece a sua parte quando a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Quando existe indícios de imparidade das investidas, é realizada uma avaliação da quantia escriturada da associada para determinar se será necessário reconhecer qualquer perda por imparidade na demonstração de resultados da Sociedade.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Imparidade de activos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidos a afectar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (Euro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Instituto do Turismo de Portugal, referente a eventos ocorridos em 2012. Foram reconhecidos os rendimentos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do recebimento dos valores previstos.

Impostos sobre os resultados

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indicio de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são

registados como gasto.

Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos

custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e actualizar os exfluxos de caixa futuros

A GIATUL acordou com alguns dos seus fornecedores, o pagamento das suas facturas através de um contrato de Confirming com o Banco Santander Totta, cujo valor atingiu no final do ano cerca de setecentos e quarenta e sete mil euros e cujo pagamento será feito ao longo de todo o ano de 2013.

Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros

incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Júizos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: As propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os

acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.

NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS

6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	2012	2011
Vendas de produtos acabados	277.625,71	0,00
Prestação de Serviços - Contratos de Construção	5.188.969,06	1.190.933,47
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	5.466.594,77	1.190.933,47

As Prestações de Serviços ocorrem apenas no mercado interno.

7. GANHOS E PERDAS IMPUT. DE SUBSIDIARIAS, ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS

Em 2012 foi reconhecido somente 1.461,14 Euros de perdas imputadas a associadas.

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2012	2011
Existências Iniciais	56.566,81	0,00
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	846.335,07	6.341,50
Existências finais	55.028,25	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas. na DRN SNC	847.873,63	6.341,50

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	2012	2011
Subcontratos	1.306.474,34	279.751,58
Trabalhos especializados	205.842,39	8.487,03
Publicidade e propaganda	11.092,11	14.803,59
Vigilância e segurança	75.323,60	70.325,13
Honorários	2.530,49	200,00
Comissões	60.344,97	10.402,72
Conservação e reparação	99.045,08	9.022,91
Serviços Bancários	9.556,41	4.806,74
Outros Serviços	2.335,56	21.780,56
Ferramentas e Utensílios	7.086,71	18.223,72
Livros e documentação técnica	1095,9	0,00
Material de escritório	5.951,57	3.678,09
Artigos para oferta	251,96	1.330,66
Electricidade	80.737,13	34.735,48
Combustíveis	216.957,43	28.255,42
Água	23.039,75	34.001,38
Lubrificantes	2.065,00	
Deslocações e estadas	2.670,77	2.874,21
Rendas a alugueres	57.086,98	22.932,34
Comunicação	15.662,28	7.195,61
Seguros	36.602,49	12.815,69
Contencioso e notariado	5954,46	280,00
Despesas de representação	4024,87	356,05
Limpeza, higiene e conforto	33.959,54	9.195,27
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	2.265.691,79	595.454,18

10. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	834.090,42	134.508,41
Encargos sobre remunerações para a segurança social	172.662,67	29.300,21
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	15.582,66	980,10
Indemnizações e acordos de rescisão	0,00	3.256,61
Outros gastos com o pessoal	46.317,62	2.196,86
Gastos com pessoal na DRN SNC	1.068.653,37	170.242,19

O número médio de funcionários em 2012 foi de 61, sendo 11 do Parque de Campismo.

11. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	2012	2011
Aumentos de ajustamentos de valor em outros devedores	30.379,22	0,00
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	235.486,83	0,00
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	265.866,05	0,00

Os ajustamentos para Clientes foram feitos tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	2012	2011
Outros rendimentos alheios ao valor acrescentado	0,00	0,00
Recuperação de dívidas	0,00	0,00
Ganhos em inventários	7.979,80	0,00
Ganhos em activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Correcções imputáveis a períodos anteriores	71.345,60	1.260,00
Outros rendimentos e ganhos	162.475,90	211.734,11
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	241.801,30	212.994,11

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Kiribati", que gerou um rendimento no montante de 149.130,00 euros, no exercício de 2012.

Foi recebida uma indemnização por sinistro num activo tangível, no valor de 6.052,00 euros, que foi igualmente reconhecida na rubrica de Outros rendimentos e ganhos.

13. SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

	2012	2011
Subsídios à exploração	103.706,00	195.202,44
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	103.706,00	195.202,44

Na rubrica de Subsídios à exploração foram reconhecidos rendimentos referentes ao contrato celebrado em 2012 entre a Giatul e o Instituto do Turismo de Portugal. Esta última concedeu um incentivo financeiro não reembolsável no montante de 103.706,00 para implementação do plano de "Promoção e Animação Turística do Município de Mafra para 2012", conforme se discrimina:

Eventos 2012	2012	2011
1. Participação em feiras - BTL 2011 e FIA 2011	23.706,00	35.000,00
2. Plano regional de promoção turística internacional da ATL 2011	0,00	9.204,45
3. Material de informação e divulgação turística	0,00	20.452,75
4. 3ª edição Ericeira Summer Fest	50.000,00	50.000,00
5. Animação de Verão de Mafra	0,00	50.000,00
6. Apoio a actividades de animação turística	0,00	30.545,25
Festival do Pão	30.000,00	0
Soma	103.706,00	195.202,45

Neste exercício, foi recebido do Instituto do Turismo de Portugal, o valor total previsto.

14. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe de Outros Ganhos e Perdas dos exercícios:

	2012	2011
Impostos indirectos	33.512,87	6.502,25
Impostos directos	6.027,81	0,00
Correcções de Exercícios Anteriores	12.535,05	24.680,73
Taxas	9.346,63	4.025,74
Multas e penalidades	1.512,63	6.465,20
Outros gastos e perdas	310,00	754,93
Outros gastos e perdas na DRN SNC	63.244,99	42.428,85

15. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	2012	2011
Amortizações de activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	32.859,31	2.607,60
Equipamento básico	419.723,48	297.451,20
Equipamento de transporte	29.765,79	1.206,41
Equipamento administrativo	2.520,31	429,75
Outros activos fixos tangíveis	3.303,17	11.019,38
Propriedade Industrial	200.000,00	200.000,00
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC:	688.172,06	512.714,38

16. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	2012	2011
Juros obtidos de depósitos	26.442,21	8.815,74
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	26.442,21	8.815,74

17. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2012	2011
Juros contraídos com empréstimos bancários	420.946,59	162.236,93
Juros contraídos em locações financeiras	4.446,59	2.131,05
Juros de mora e compensatórios em impostos	845,02	
Outros gastos financeiros	75.207,96	
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	501.446,16	164.367,98

18. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00			420 691,21	420 691,21
Edifícios e outras construções	26 075,00	77 997,12		251 753,73	355 825,85
Equipamento básico	4 214 977,17	6 180,00		1 876 404,88	6 097 562,05
Equipamento de transporte	27 875,13	8 536,59	108 369,74	446 812,81	374 854,79
Ferramentas e utensílios	5 206,20	1 426,00		79 508,02	86 140,22
Equipamento administrativo	0,00				
Outros activos fixos tangíveis	117 442,79	4 885,20		45 422,34	167 750,33
Depreciações acumuladas	-1 788 772,40	-488 172,06	106 873,59	-1 901 775,31	-4 285 593,36
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				
Total	2 602 803,89	-389 147,15	215 243,33	1 218 817,68	3 217 231,09

Totais das variações do ano sem depreciações

Aquisições	Alienações	Transf e abates
99 024,91	108 369,74	3 120 592,99

Os valores mencionados em "Transferências e abates" correspondem aos activos transferidos em consequência da fusão.

No que respeita ao valor reconhecido em "Terrenos e recursos naturais" corresponde ao terreno denominado "Vale da Póvoa de Cima", localizado no concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

19. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Activos Intangíveis					
Goodwill	0,00				
Projectos de desenvolvimento	0,00				
Programas de computador	0,00				
Propriedade industrial	5 000 000,00			5 912 307,80	10 912 307,80
Outros activos intangíveis	0,00				
Amortizações acumuladas	-1 500 000,08	-200 000,01			-1 700 000,09
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				
Total	3 499 999,92	-200 000,01	0,00	5 912 307,80	9 212 307,71

a) Este valor resulta da transferência do activo, pela fusão.

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avenida - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 372,88	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956,08	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619,09	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462,17	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732,28	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801,30	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283,08	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 108,52	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317,44	50 anos Direitos Superf
Maíra - Salgados	29/05/2008	651 381,20	50 anos Direitos Superf
Dir superf terreno Abrunheira	31/12/2008	138 273,76	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo	29/06/2004	3 299 999,91	Cessão Exploração
Soma		9 212 307,71	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados uma avaliação independente.

20. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Activos não correntes detidos para venda					
Edifícios e outras construções-Obras em curso	0,00	311 079,75		28 009,44	283 070,31
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				0,00
Total	0,00	311 079,75	0,00	28 009,44	283 070,31

Os valores desta rubrica correspondem investimentos efectuados em conformidade com um contrato de cessão de posição contratual com a Câmara Municipal de Maíra, celebrado em 2011, que ainda precisa da aceitação por parte da EDP.

21. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Activo Corrente	2012	2011
Activos por Impostos Diferidos	0,00	13.938,84

Passivo Não Corrente	2012	2011
Passivos por Impostos Diferidos	0,00	35.542,61

22. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	2012	2011
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	40.683,32	0,00
Gastos a Reconhecer	2.494,68	46.612,59
Outras contas a pagar no balanço SNC	43.178,00	46.612,59

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	2012	2011
Rendimentos a Reconhecer (Proveitos Diferidos)	673.812,00	12.000,00

23. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2012	2011
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	389.147,07	134.434,24
Valores resultantes de Partilha - Somipetra SA	7.337,06	0,00
Valores a receber - Somipetra SA	699,87	0,00
Outros devedores	1.000,00	0,00
Outras contas a receber no balanço SNC	398.184,00	134.434,24

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 28.960,00 Euros de valores facturados em 2013 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2012.

24. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2012	2011
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	55.028,25	0,00
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	55.028,25	0,00

25. CLIENTES

Saldos da Conta Clientes nos exercícios:

	2012	2011
Clientes C/C - Mercado Nacional	137.629,95	10.764,49
Clientes C/ Títulos a Receber	0,00	0,00
Clientes no balanço SNC	137.629,95	10.764,49

26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ACTIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2012	2011
IRC Capitais	902,84	938,84
IRC Prediais	0,00	23.823,03
Pagamento Especial por Conta	0,00	15.936,51
IVA a Recuperar	116.206,29	40.705,72
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	117.109,13	81.404,10

27. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2012	2011
Caixa	2.519,21	1.496,74
Depósitos imediatamente mobilizáveis	566.758,29	22.185,74
Depósitos a Prazo		350.000,00
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	569.277,50	373.682,48

28. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	2012	2011
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00	500.000,00

O "Município de Mafra" detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

Em consequência da fusão por incorporação da Pavimafra EM SA na Giatul EM SA, o Capital Social sofreu um aumento em 400.000,00 euros.

29. RESERVAS LEGAIS

Composição da Reserva legal:

	2012	2011
Reservas legais	356.800,25	2.100,00
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25	2.100,00

30. OUTRAS RESERVAS

Composição das Reservas Livres:

	2012	2011
Reservas livres	425.027,06	18.892,03
Outras reservas no balanço SNC	425.027,06	18.892,03

31. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	2012	2011
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	0,00

32. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

	2012	2011
Resultados Transitados	3 681 627,57	-237.945,00
Resultados transitados no balanço SNC	3 681 627,57	-237.945,00

-237.945,00	Saldo inicial a 01/01/2012
73 688,38	Resultado líquido do exercício de 2011 - GIATUL
2 362 273,00	Regularização da conta 58 - Excedentes de revalorização, oriunda da Pavimafra - a)
849 616,00	Regularização da conta 274 – Passivos por impostos diferidos dos imóveis oriundos da Pavimafra – a)
793 179,03	Resultados Transitados oriundos da Pavimafra
-193 031,54	Regularização da conta 441 – "Goodwill", oriunda da Pavimafra – b)
33 847,70	Resultado líquido do exercício de 2012 - Pavimafra
3 681 627,57	Saldo final a 31/12/2012

- a) Conforme já referido no ponto 3.1.6 – "Informação comparativa" do presente documento;
- b) Desreconhecimento por este já não se verificar.

33. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	2012	2011
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	0,00	0,00
CGA e ADSE a pagar	0,00	0,00
Segurança social a pagar	20.043,24	2.774,94
IRS a pagar	5.961,48	634,00
IRC a Pagar	185,42	2.246,48
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	26.190,14	5.655,42

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

34. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	2012	2011
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	147.610,50	0,00
Retenções para ATAM e Cofre Previdência F.A. Estado	31,74	0,00
Outros acréscimos de custos	36.339,54	41.680,92
Outras contas a pagar no balanço SNC	183.981,78	41.680,92

35. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	2012	2011
Fornecedores C/C	549.563,25	57.889,24
Fornecedores C/ garantias	231.592,09	0,00
Fornecedores C/ Confirming	746.643,42	0,00
Fornecedores no balanço SNC	1.527.798,76	57.889,24

Adiantamentos a Fornecedores	2012	2011
Fornecedores nacionais	1.000.000,00	22.980,54
Fornecedores no balanço SNC	1.000.000,00	22.980,54

A rubrica de Adiantamentos a Fornecedores corresponde exclusivamente ao valor de um adiantamento efectuado em 2010, pela "Pavimafra EM", ao Município de Mafra por conta de um contrato celebrado entre as partes em Abril de 2011. Este contrato visa a cedência da posição contratual que o Município de Mafra detém para a concessão da distribuição de energia eléctrica de baixa tensão. Este contrato carece da respectiva confirmação por parte da "EDP – Energias de Portugal" para se concretizar, o que ainda não ocorreu até à data.

36. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	2012	2011
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	5.635.128,45	5.627.802,14
Financiamentos obtidos no balanço SNC	5.635.128,45	5.627.802,14
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	1.299.153,68	536.531,78
Financiamentos obtidos no balanço SNC	1.299.153,68	536.531,78

- a) Neste valor estão incluídos os financiamentos através de Conta Corrente Caucionada, Locação financeira e desconto de Letras.

37. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às participações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artºs 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

38. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2012	2011
Saldos em outras contas a receber		
Câmara Municipal de Mafra	0,00	0,00
Saldos em contas a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	133,28	14.814,93
Pavimafra EM. SA.	0,00	23.667,92

39. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe das transacções ocorridas com associadas:

	2012	2011
Réditos		
Câmara Municipal de Mafra	3.783.374,87	81.786,24
Fornecimentos e serviços externos		
Câmara Municipal de Mafra	114.213,96	101.470,40
Pavimafra EM SA	0,00	25.729,29

Mafra, 7 de Março de 2013

O Técnico de Contas



A Administração



6-Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Entidade: GIATUL, E.M. S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2012

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2012															UNIDADE: MONETÁRIA	
NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa - nota												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (incluindo as próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total			
6	POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2012	500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	18.852,03	-237.345,00	0,00	0,00	142.170,44	82.988,38	507.305,85	0,00	507.305,85	
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
	Primária adoção de novo sistema contábilístico															
	Alterações de políticas contábilísticas															
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
	Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
8	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	400.000,00	0,00	0,00	0,00	354.700,25	406.135,03	3.818.572,57	-8.925,00	0,00	0,00	-82.988,38	4.891.384,47	0,00	4.891.384,47	
	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	400.000,00	0,00	0,00	0,00	354.700,25	406.135,03	3.818.572,57	-8.925,00	0,00	0,00	-82.988,38	4.891.384,47	0,00	4.891.384,47	
	Outras alterações incorridas no capital próprio											90.795,93	90.795,93		90.795,93	
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											8.707,55	5.082.190,40		5.082.190,40	
	RESULTADO INTEGRAL															
9+7+8	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
	Realizações de capital															
	Distribuições															
	Outras operações															
	Outras operações															
10	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
	Realizações de capital															
6+7+8+10	Distribuições															
	Outras operações															
6+7+8+10	POSIÇÃO NO FIM DE 2012	900.000,00	0,00	0,00	0,00	356.800,25	426.027,06	3.881.622,57	-8.925,00	0,00	142.170,44	90.795,93	5.589.496,25	0,00	5.589.496,25	

(1) - O ano, entendido em função de diferenças e diferenças de nota - possibilidade de expressão das contas em milhares de euros

Mafra, 7 de Março de 2013

O Presidente Contas

A Administração




UNIDADE MONETÁRIA (1)

Entidade: GIATUL - E.M. S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTI

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmio de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translados	Ajustamento em ativos financeiros	Excedentes de avaliações do investimento próprio	Outras variações do período			
1	POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2011	500.000,00				2.100,00	18.892,03	-158.672,01		161.918,15	37.019,50	561.257,67	0,00	561.257,67
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
2	Primeira adoção de novo referencial contábilístico													
	Alterações de políticas contábilísticas													
3	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização de excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
4=2+3	Reversão de provisões para perdas por deterioração de ativos financeiros													
	Reajustes por erros anteriores													
5	Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-78.272,99	0,00	0,00	-19.742,71	-135.040,20	0,00	-135.040,20
6=1+2+3+4+5	RESULTADO INTEGRAL													
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
	Realizações de capital													
	Realizações de prêmios de emissão													
	Distribuições													
	Dividendos para cobertura de perdas													
	Outras operações													
	POSIÇÃO NO FIM DE 2011	500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	18.892,03	-237.945,00	0,00	0,00	142.170,44	507.305,95	0,00	507.305,95

1) - O ouro, a prata e o cobre, em função da diferença de valores, a possibilidade de serem a possibilidade de serem os melhores dos tempos.

Mafra, 7 de Março de 2013.

O Técnico de Contas

A Administrative

day ~~to~~ Flaxton

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de balanço de 15.033.016 euros e um total de capital próprio de 5.589.496 euros, incluindo um resultado líquido de 90.796 euros, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, vimos chamar à atenção para as seguintes situações:
 - a) Em Abril de 2011, na sociedade “Pavimafra EM” que foi incorporada na “GIATUL EM” por fusão ocorrida em 2012, foi celebrado com o Município de Mafra um contrato para cedência da posição contratual que o Município de Mafra detém para a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, cuja concretização ainda se encontra por formalizar. No âmbito deste acordo e da adenda efetuada em 2011, será devida pela “GIATUL EM”, a retribuição ao Município de 14.588.890 Euros até ao final do prazo de concessão, dos quais 1.000.000 Euros até Dezembro de 2011, valor já entregue, e 7.000.000 até 31 de Dezembro de 2012. Este último valor não foi entregue por a formalização contratual ainda não ter sido concretizada. Em 2012 foram efectuados pela “GIATUL EM” investimentos no âmbito deste contrato em cerca de 280 mil Euros.
 - b) A “Giatul, EM” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. Até à data não foram disponibilizadas as contas do exercício de 2012. A 31/12/2011 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 8.147.456 Euros. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Como é



referido na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontra-se em curso um processo com vista à alienação da participação financeira, em conformidade com o disposto à Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

Relato sobre os requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2013

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultado por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.
2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada com a data de 15 de Março de 2013, com as seguintes ênfases:
 - a) Em Abril de 2011, na sociedade "Pavimafra EM" que foi incorporada na "GIATUL EM" por fusão ocorrida em 2012, foi celebrado com o Município de Mafra um contrato para cedência da posição contratual que o Município de Mafra detém para a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, cuja concretização ainda se encontra por formalizar. No âmbito deste acordo e da adenda efetuada em 2011, será devida pela "GIATUL EM", a retribuição ao Município de 14.588.890 Euros até ao final do prazo de concessão, dos quais 1.000.000 Euros até Dezembro de 2011, valor já entregue, e 7.000.000 até 31 de Dezembro de 2012. Este último valor não foi entregue por a formalização contratual ainda não ter sido concretizada. Em 2012 foram efectuados pela "GIATUL EM" investimentos no âmbito deste contrato em cerca de 280 mil Euros.

b) A “Giatul, EM” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. Até à data não foram disponibilizadas as contas do exercício de 2012. A 31/12/2011 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 8.147.456 Euros. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Como é referido na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontra-se em curso um processo com vista à alienação da participação financeira, em conformidade com o disposto à Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

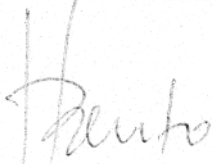
- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 15 de Março de 2013

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS Nº 190
Representada por

O Fiscal Único



Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, nº 1167